

Entre as crises e o colapso: cinco notas sobre a falência estrutural do capitalismo

Between crises and collapse: five notes on the structural bankruptcy of capitalism

Maurílio Lima Botelho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
maurilio_botelho@oi.com.br

Resumo: O objetivo do texto é apontar que as frequentes crises na economia mundial, desde a década de 1970, não são expressões corriqueiras de uma instabilidade capitalista, mas sinal de um colapso da própria formação social burguesa. A usual afirmação de que "capital é crise" torna a reflexão sobre a sua história vazia. Por outro lado, não basta se prender à descrição meramente factual para mostrar as novidades nos eventos de crise. Somente enfrentando categoricamente a processualidade histórica do capital é que se torna possível determinar o colapso. Para isso desenvolvemos teoricamente cinco processos que explicam a originalidade de falência estrutural responsáveis pelas crises contemporâneas.

Palavras-chave: Capital; Crise do Trabalho; Crise do Estado; Globalização.

Abstract: The aim of the text is to point in the frequent crises in the world economy since the 1970s are not ordinary expressions of capitalist instability but a sign of a collapse of bourgeois social formation. The usual assertion that "capital is crisis" makes the empty reflection about its history. It is not enough to stick to the merely factual description to show the news in crisis events. Only by facing categorically the historical process of capital is it possible to determine the collapse. We theoretically develop five processes that explain the originality of structural crash responsible for contemporary crises.

Keywords: Capital; Labor Crisis; Crisis of State; Globalization.

Recebido: Novembro 2017

Aprovado: Dezembro 2017

Entre as crises e o colapso

Já não é mais possível negar que a avalanche desencadeada pelas hipotecas *subprime* nos EUA, em 2007/2008, provocou a maior *crise financeira* da história. No primeiro momento identificado pelos números da quebradeira, desvalorização e resgate como a maior tempestade econômica desde 1929, agora se tem clareza, passada uma década, de que se trata do mais impressionante fenômeno histórico de deflação de ativos financeiros, liquidação hipotecária e despejos imobiliários, déficit fiscal e amplitude de “contágio”.

Em 1929, uma fração do mundo manteve-se à parte ou foi pouco afetada pelos efeitos catastróficos do *crack* — seja pela rudimentar integração ao mercado mundial (colônias e países recém-independentes com pouca atividade financeira), seja pela exclusão (países socialistas). Nunca uma crise envolveu tanto o globo como o debacle imobiliário nos EUA a partir de 2007: globalização e integração financeira mundial levaram os efeitos destrutivos para todos os países do mundo.

Também é difícil encontrar um momento na história mundial em que tantos Estados— e os mais importantes no espectro político e econômico — atravessaram tensões decorrentes de sua insustentável situação financeira. Na virada para a segunda década do século XXI, boa parte da Europa enfrentava os problemas decorrentes do refinanciamento de suas dívidas públicas — agravadas depois da crise imobiliária — que em média superavam o PIB de seus países. As garantias estatais e os salvamentos de instituições financeiras pelo “emprestador de última instância” levaram ao agravamento da crise da dívida. Se é verdade que na era do absolutismo e da formação dos Estados Nações muitos países contraíam dívidas geométricas,¹ nada se compara ao fenômeno mundial conjunto e sistemático de endividamento público e privado de nossa época.

Nada semelhante também ao processo ocorrido no centro do capitalismo mundial de liquidação em massa e despejos de milhões de famílias. Nos EUA, desde 2006 até o final de 2016, ocorreram mais de 24 milhões de encerramentos hipotecários (*foreclosure*) decorrentes de inadimplência. Deste número, um total de cerca de 6 milhões e 700 mil chegaram ao fim do processo com a retomada dos imóveis, significando em boa parte o despejo das famílias residentes.² Esse é um resultado socialmente trágico, pois representa a desapropriação da casa para dezenas de milhões de indivíduos. Algo sequer equiparável em termos históricos ao cercamento dos campos (*enclosures*), que deu origem ao capitalismo, porque condensado e acelerado ao ritmo de uma década. No centro da economia mundial, pelo menos 20 milhões de pessoas perderam suas residências em decorrência de mecanismos financeiros que entraram em curto-circuito, demonstrando que por mais que se queira dissociar a “especulação

¹ FERGUSON, Niall. *A lógica do dinheiro: riqueza e poder no mundo moderno (1700-2000)*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 137-226.

² Disponível em: <<http://www.statisticbrain.com/home-foreclosure-statistics>>. Acesso em: 03 out. 2017.

financeira” da “economia real”, seus efeitos concretos são catastróficos. Um dos maiores investidores do mundo, Warren Buffet, denominou com razão os derivativos financeiros de “armas de destruição em massa”.

O volume de desvalorização de ativos financeiros também foi inédito com a irrupção da crise do *subprime*. Por todos os lados, títulos lastreados em hipoteca contraíram os preços abruptamente, as ações de instituições que os negociavam ou concentravam viraram pó, grandes fundos de investimento calcularam as perdas bilionárias em obrigações que nunca seriam resgatadas e o efeito refluuiu sobre as bolsas de valores mundiais, levando à contração generalizada dos papéis de empresas dos “setores produtivos”. Em 2007, por exemplo, a capitalização do mercado de ações em todo o mundo chegava ao volume de 60,2 trilhões de dólares (superior ao PIB mundial). Em 2009, em decorrência da quebra financeira, temos uma queda para 27,6 trilhões de dólares (inferior ao PIB mundial).³ Se podemos dizer que boa parte desse volume desintegrado era mera riqueza fictícia, o efeito social da desvalorização financeira, principalmente ao acionar os “pacotes de salvamento” dos bancos centrais, não deixa dúvida da gravidade do problema. Até 2013 e desde o início da quebra do mercado imobiliário, o *Federal Reserve* havia injetado 2,3 trilhões dólares na economia, principalmente na forma de compra de “ativos tóxicos” e participação acionária.⁴ Embora o montante mobilizado fosse assustador por qualquer padrão econômico – equivalente ao PIB brasileiro naquele ano –, isso foi apenas uma gota num oceano de alavancagem financeira: os derivativos como um todo ultrapassam a ordem anual do quatrilhão de dólares.

A profundidade e amplitude inédita dessa crise, no entanto, ainda não são suficientes para termos a dimensão da catástrofe econômica em curso na história contemporânea. Antes e depois do *subprime*, uma séria de irrupções atingiram mercados de todos os tipos, o que mostra que a crise imobiliária nos EUA foi apenas um rolamento empenado numa engrenagem defeituosa por inteiro. A queda de 2007/2008 foi a sequência lógica de uma inflação de ativos imobiliários acompanhada, no mercado mundial, por uma alta nos preços das *commodities*. A partir de 2013, a quebra desta tendência de alta foi seguida por uma contração econômica violenta em países como China, Brasil, África do Sul, Rússia etc. Em ordem histórica inversa, poderíamos apontar ainda uma série de outros *crashes* além da crise imobiliária e das *commodities*: a crise da “nova economia”, depois de uma bolha nas ações de empresas de internet e tecnologia (2000); a crise asiática, provocada pelo endividamento acelerado de vários países daquele continente (1997), que foi seguida pela crise da dívida russa (1998); a crise do México, derivada de *déficits* em conta corrente (1994); o ingresso da economia japonesa num longo período de recessão, chamado de “década perdida do Japão” (1991); a outra “década perdida” que afetou boa parte da América Latina superendividada (anos 1980); os choques do petróleo na década de 1970; o fim do regime de câmbio fixo e o rompimento do lastro em ouro pelos Estados Unidos (1971).

³ Disponível em: <<https://seekingalpha.com/article/2142523-global-stock-rally-world-market-cap-reached-record-high-in-march>>. Acesso em: 03 out. 2017.

⁴ Disponível em: <<https://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2013/10/04/eua-emitem-us-23-trilhoes-desde-2008-mas-bancos-retem-85/#>>. Acesso em: 03 out. 2017.

Enfim, é possível verificar, desde a década de 1970, o encadeamento sistemático de crises de todos os tipos, com catalisadores que surgem em mercados específicos (imóveis, ações, títulos soberanos, *commodities*), mas cuja apreensão integrada permite enxergar um panorama inédito de instabilidade duradoura e progressiva. Esses sucessivos rompimentos críticos não podem ser reduzidos a choques isolados, meros eventos submetidos a lógicas locais. A teoria econômica e as análises jornalísticas achatam os processos mais profundos da economia capitalista a uma dependência factual simplista, passando ao largo da reflexão sobre os seus motores mais profundos. Ao seguir percursos idênticos (inflação de preços, excesso de crédito, euforia, endividamento, pânico e *crash*), movimentos de quebra econômica sistemática surgidos em segmentos distintos do mercado apontam para a origem comum dos problemas (*capitalização, superprodução, excesso de capacidade, queda dos lucros*), que precisam ser alcançados através das categorias básicas da economia capitalista (*mercadoria, moeda, crédito, preço, valor*). É verdade que essa exigência de uma compreensão teórica das crises pode não significar nada de novo do ponto de vista histórico. Afinal, crises de superprodução, capitalização excessiva, queda de lucros etc. são comuns à história do capitalismo.

Mesmo a teoria econômica burguesa que não confia na autorregulação do mercado enfatiza a vinculação permanente da economia capitalista com a crise. Nouriel Roubini, economista que foi alçado às primeiras páginas dos jornais por ter previsto a crise do *subprime*, argumentou que “crises – booms econômicos insustentáveis, seguidos de recessões calamitosas – sempre estiveram conosco, e permanecerão para sempre [...], as crises estão fortemente ligadas ao genoma capitalista”.⁵ Joseph Stiglitz também ressaltou que o “capitalismo, desde o início, tem sido marcado por crises” e conclui que “a economia sempre se recupera, mas cada crise carrega as próprias lições”.⁶

Essa crença de que o capitalismo é uma estrutura sempre renascida das cinzas da desvalorização – mais forte e preparada para novos obstáculos – não é uma compreensão somente da teoria econômica burguesa. Entre os marxistas não faltam demonstrações de que a economia de mercado é uma fênix: “as crises funcionam como atos brutais de purificação. A destruição executada pelas crises remove impedimentos anteriores à acumulação e liberta novas possibilidades para o desenvolvimento capitalista”, atesta Michael Heinrich, um dos autores da chamada “Nova Leitura de Marx”.⁷ O economista marxista paquistanês Anwar Shaikh foi além e, pressupondo a crise como inerente ao capital, inverteu a pergunta teórica básica para tratar da “viabilidade” do capitalismo: “a questão verdadeiramente difícil sobre tal sociedade não é porque ela falha constantemente, mas porque continua funcionando”.⁸

⁵ ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. *A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010, p. 12.

⁶ STIGLITZ, Joseph. Dez anos depois da crise asiática, ainda não saímos da floresta. In: LEWIS, Michael (org.). *Pânico: a história da insanidade financeira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 127.

⁷ HEINRICH, Michael. A actual crise financeira e o futuro do capitalismo global. Disponível em: <https://resistir.info/crise/heinrich_09jun08.html>. Acesso em: 03 out. 2017.

⁸ SHAIKH, Anwar. Uma introdução à história das teorias de crise. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 4 (1), 1983, p. 6.

Aqui é preciso refletir sobre o significado do deslocamento, operado pelo “marxismo dogmático”, do problema do *processo* para o da *estrutura*.⁹ Ao tratar as crises como um aspecto meramente inevitável do desenvolvimento capitalista, que deve acompanhá-lo *sempre*, perde-se a processualidade histórica dessa forma social. A engrenagem capitalista não é constantemente “corrigida” por processos críticos (mesmo que violentos). Isso projeta sobre a lógica econômica uma racionalidade inexistente nos mecanismos inconscientes e automáticos do mercado. Pelo contrário: a complexidade dessa estrutura social, que se movimenta com as partes em constante fricção, leva periodicamente às crises como formas de solução catastrófica das tensões acumuladas durante à sua reprodução. Isso significa que, em virtude do seu movimento *ampliado*, as catástrofes devem necessariamente se ampliar e se amplificar. A fuga para a frente de uma sociedade inerentemente problemática deságua periodicamente em crises cada vez mais destrutivas. Ao invés de uma estrutura permanente baseada na produção de mercadorias e ampliação de lucros, constantemente *lubrificada* por crises, o que temos é um processo de produção ampliada de mercadorias e *tentativa* de expansão dos lucros, desdobrado no tempo, que é *interrompido* periódica e radicalmente por crises. É devido ao desenrolar histórico desse processo que as suas categorias básicas precisam ser constantemente confrontadas com o estágio de ampliação alcançado pela produção, para se entender a magnitude a profundidade da interrupção crítica. Uma mera repetição do nexo interno das categorias é incapaz de enxergar a processualidade histórica, tornando-se a crise um fenômeno sempre igual num tempo abstrato vazio.

O estágio atual do desenvolvimento da economia de mercado, contraposto à análise da natureza das crises atuais, revela a originalidade de nossa época – o que se trata é do próprio esgotamento do ciclo de ascensão história do capitalismo. Ao invés de meras crises periódicas, o que temos hoje é um processo longo de declínio histórico, em que “desmorona a produção baseada no valor”.¹⁰

Para a demonstração desta tese de uma mudança de época em direção ao “limite interno absoluto do capitalismo”,¹¹ não basta empilhar as estatísticas econômicas comprovando a magnitude inédita das últimas crises. Seria preciso, em primeiro lugar, indicar que, ao invés de uma mera sucessão de crises como em qualquer momento do passado, o que temos é um processo continuado de falência econômica. A sucessão de irrupções em diversos mercados, apontada anteriormente, é apenas a mais visível expressão dessa debilidade sistemática. Um relatório do FMI concluiu que no período de 1970 até 2007, ocorreram 124 crises bancárias, 208 crises cambiais e 63 crises da dívida soberana em todo o mundo,

⁹ “O capitalismo subsiste e subsistirá enquanto subsistir. Quando tiver desaparecido, terá desaparecido. Não há nenhuma mudança, visto que nada muda no seio do “modo de produção”, que, nessa qualidade, é imutável; nada muda, a não ser os pormenores da acomodação. Não muda à exceção do seguinte: a noção de ‘processo’ (histórica na origem, econômica depois) é substituída pela de *estrutura*”. LEFEBVRE, Henri. *Estrutura social: a reprodução das relações sociais*. In: MARTINS, José de Souza & FORACCHI, Marialice Mençarini. *Sociologia e sociedade* (Leituras de Introdução à sociologia). Rio de Janeiro: LTC, 1978, p. 233.

¹⁰ MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.588.

¹¹ KURZ, Robert. *Crise e crítica: O limite interno do capital e as fases do definhamento do marxismo*. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz410.htm>>. Acesso em: 03 out. 2017.

mostrando que a função de “purificação” não tem mais sentido algum, dado que nenhum ciclo de médio ou longo prazo de expansão se seguiu às “purgas” operadas nesses diversos mercados.¹²

Mas isso também não é suficiente, pois a superficialidade monetária desses eventos pode levar à prisão conceitual de atribuir as constantes tensões à “hipertrofia financeira” – todos os males da instabilidade crônica do capitalismo, nos últimos 40 anos, seriam nada mais do que resultados da libertação insensata dos mecanismos financeiros.

O único modo de determinar o limite histórico do desenvolvimento capitalista é argumentando teoricamente, explicitando categorialmente os diversos processos subjacentes à superfície econômica cada vez mais problemática. Às crises nos mercados é preciso desenvolver e contrapor teoricamente o *colapso* da produção de capital. Nosso argumento é de que cinco processos, substanciais alterações na *forma social*, todos relacionados, atuam desmantelando as condições de *reprodução* da sociedade baseada no trabalho, no valor, na mercadoria, no dinheiro, no capital e no Estado. Estas categorias básicas da formação social capitalista estão sendo liquefeitas por um conjunto articulado de transtornos irreversíveis, evidentes desde a década de 1970. Nosso objetivo a seguir é apresentar esses processos, através de breves notas teóricas – devido aos limites aqui impostos – e apontar como a articulação entre eles, que podem ser denominados isoladamente como *crises* categoriais, levam ao *colapso* da sociedade capitalista.

A crise do trabalho

A consequência social imediata mais visível das crises é a ampliação das taxas de desemprego e a expulsão em massa de trabalhadores das atividades produtivas. Entretanto, isto só é um *efeito* da crise se se considera a origem desta em fenômenos superficiais e isolados da estrutura econômica. As crises financeiras, surgidas em mercados específicos – imobiliários, de ações, de dívida pública etc. – são na verdade fenômenos que indicam um problema estrutural cuja origem está na própria produção do desemprego. Assim, o *boom* imobiliário norte-americano, na primeira década do século XXI, por exemplo, tem uma de suas bases nos baixos salários e na própria taxa elevada de desemprego apresentada pela economia, pois se tornou uma oportunidade para milhões de americanos a transformação de suas casas em ativos financeiros e em verdadeiros “caixas automáticos” para compensar a queda ou a inexistência de seus rendimentos.¹³ Levar em consideração o desemprego elevado é a única maneira possível de entender o maior *boom* imobiliário da história, sem o qual a valorização imobiliária teria sido restrita a investidores ou consumidores de elite (algo que parece estar sendo produzido atualmente nos EUA, isto é, a repetição de uma bolha imobiliária

¹² LAEVEN, Luc & VALENCIA, Fabian. *Systemic Banking Crises: A New Database*. International Monetary Fund Work Paper: 2008, p. 124. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2008/wp08224.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

¹³ ROUBINI, Nouriel & MIHM, Stephen. *A economia das crises... Op. cit.*, p. 26.

mas restrita a imóveis de luxo).¹⁴ Desemprego elevado que desde a década de 1970 tem produzido um rebaixamento salarial nos EUA e também em grande parte do mundo.

O próprio desemprego, visto como “questão social”, é resultado de um problema estrutural mais profundo: a incapacidade de tornar vendável a mercadoria força de trabalho. Esta é sem dúvida uma condição social típica das últimas quatro décadas da sociedade mundial – a exclusão crescente de massas do mercado de trabalho. Enquanto no pós-guerra as taxas de desemprego foram todas reduzidas a um nível mínimo – “era do pleno emprego” –, a partir da década de 1970 os índices começam a se multiplicar.

No período de 1960-1973, a Alemanha apresentou uma taxa de desemprego de 0,8 %, no período de 1974-1982 o índice era de 3,54. A França apresentava, no período de 1960-1973, um índice de 1 %, passando em 1974-1982 para 5,47 %. A Inglaterra, para os mesmos períodos, apresentará, respectivamente, 2,4 % e 5,29 %. Os EUA, que sempre apresentaram uma taxa de desemprego mais elevada do que a maior parte dos países centrais, possuía no primeiro momento, 4,8 % de sua população economicamente ativa desempregada, já no momento seguinte serão 7,22 %. Em termos gerais, enquanto os Estados Unidos, durante a década de 1960, apresentaram taxas de desemprego em torno de 4 e 5 %, a Europa apresentou índices gerais em torno de 2 %. Já no início da década de 1980, tanto norteamericanos quanto europeus vão enfrentar taxas de desemprego que ultrapassam 8 pontos percentuais. A explosão do desemprego mundial continuará para as décadas seguintes, ampliando para uma média de 10 % na Europa já na virada para o século XXI.¹⁵ Apesar do subterfúgio de alteração progressiva dos métodos de inferência da desocupação, que subestimam cada vez mais o problema da falta de trabalho, o número de desempregados em todo o mundo sai de 45 milhões em 1979, chega a 140 milhões em 1993, passa para 191 milhões em 2005 e ultrapassaria 201 milhões em 2017, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).¹⁶ Em países como os EUA ou o Brasil, as taxas de desocupação podem dobrar se comparadas a estatísticas que abarcam aqueles que deixaram de procurar emprego (desalento).

Aqui soa a velha discussão, iniciada no fim dos anos de 1970, sobre a “crise da sociedade do trabalho” – a incapacidade do assalariamento continuar como um meio de inserção social, econômica e definir trajetórias pessoais. A origem desse problema está na própria capacidade produtiva crescentemente ampliada da produção capitalista. Não se trata

¹⁴ A bolha imobiliária não foi um fenômeno restrito aos EUA, por isso a imagem do “contágio” não é precisa, pois indica uma doença atingindo organismos saudáveis a partir de um ponto inicial de contaminação. Os imóveis tiveram alta surpreendente no mesmo período em Dubai, Austrália, Irlanda, Nova Zelândia, Espanha, Islândia, Vietnã, Estônia, Lituânia, Tailândia, China, Letônia, África do Sul e Cingapura, numa expansão de 40 trilhões de dólares (ROUBINI, Nouriel & MIHM, Stephen. *A economia das crises... Op. cit.*, p. 143). No Brasil, a bolha imobiliária surgiu depois de 2008, a partir dos estímulos gerados pelo governo no setor de construção numa tentativa de política anticíclica.

¹⁵ BOTELHO, Maurilio Lima Botelho. *Crise da sociedade do trabalho: teorias em conflito*. 2009. 380 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 88.

¹⁶ Os dados foram obtidos nos relatórios anuais da Organização Internacional do Trabalho sobre as tendências do emprego no mundo. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2017/WCMS_541211/lang-en/index.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

apenas de um aumento da produtividade do trabalho com o capitalismo avançado: o que se vê na estrutura produtiva mundial, a partir da década de 1970, é a racionalização progressiva da produção, através das novas tecnologias microeletrônicas, que levam a uma expulsão massiva de trabalhadores. A introdução do computador, da informática e da telemática na produção de mercadorias leva a uma revolução permanente dos métodos produtivos, a ponto da racionalização da produção, que dispensa força de trabalho, ser mais veloz que a expansão dos mercados criados por essas novas técnicas, que poderia compensar esse desemprego.¹⁷

No passado, a introdução de novos métodos de produção, com a inovação tecnológica, também gerava imediatamente a economia de trabalho. Entretanto, a criação de novas necessidades, novas cadeias de produção ligadas àquela técnica inovadora, logo recriava empregos e compensava a expulsão de trabalhadores do processo produtivo. O deslocamento secular da força de trabalho da produção (primário e secundário) para os serviços e o comércio (terciário) representa em termos setoriais esse mecanismo de compensação. Com o uso generalizado da microeletrônica, a inovação tecnológica acelera de tal maneira a produtividade que a racionalização não é seguida de compensação. Pelo contrário, dada a flexibilidade de adaptação e uso da microeletrônica, os computadores são hoje introduzidos não apenas nos setores de produção (por exemplo, colheitadeiras automáticas guiadas por satélite, robôs na produção industrial) como também nas atividades de serviços (caixas eletrônicos, lavadoras automáticas de automóveis) e mesmo no comércio (máquinas de café, livros, autopagamento etc.). Os exemplos aqui poderiam ser multiplicados *ad infinitum*, mas o importante é registrar que a transformação tecnológica da chamada Terceira Revolução Industrial cria um efeito destrutivo na economia diante do qual não se pode contar com a compensação de empregos. A emergência de uma Quarta Revolução Industrial, com o uso convergente de nanotecnologia, tecnologias digitais, robótica e inteligência artificial (*deep learning*) pode levar essa assustadora destruição de empregos a níveis nunca vistos. Em várias partes do mundo são experimentados serviços de transporte pessoal sem motorista (*Uber* da Pensilvânia), entrega de produtos sem automóveis (uso de *drones* para serviços postais no Japão) e unidades de estocagem totalmente automatizadas (centros de distribuição da *Amazon* na Califórnia). Até mesmo o emprego que é um típico símbolo da "hipertrofia financeira", os *traders* das bolsa de valores, tem sua oferta contraída pelos "operadores de alta velocidade", robôs que já dominam amplamente os investimentos.¹⁸

A capacidade destrutiva dessas novas tecnologias em termos de emprego é gigantesca, por isso, a expansão da produção não é acompanhada de uma expansão dos mercados, o que levou ao fenômeno absolutamente novo, nas últimas décadas do século XX, do crescimento

¹⁷ "O que parece ser o cerne da crise é, no mais amplo sentido, a racionalização. Dela faz parte a automatização de processos de produção, redução de linhas organizacionais, portanto, aquela racionalização organizacional pela qual se racionaliza e elimina tão fortemente a força de trabalho em todo o território; isto causa um aumento de produtividade em tal medida que ultrapassa a capacidade de absorção de trabalho vivo pelo capital em sua valorização, nos processos de produção empresariais". KURZ, Robert. Com todo vapor ao colapso. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz91.htm>>. Acesso em: 03 out. 2017.

¹⁸ BOTELHO, Maurílio Lima. Crise do trabalho hoje: desenvolvimento tecnológico, instabilidade do emprego e crise do capitalismo. *Revista Acesso Livre*, Rio de Janeiro, n. 5, jan./jun. 2016, p. 13-14.

sem emprego (*jobless growth*). Embora a economia pareça funcionar, do ponto de vista estatístico elementar da ampliação da produção, os empregos estão em contração, o que é um paradoxo típico de nossa época. Agora, após a crise de 2007/2008, por exemplo, já se começa a falar em recuperação sem emprego (*jobless recovery*).¹⁹

Os efeitos do desemprego sobre a economia são óbvios: embora em termos imediatos isso represente o corte de custos para a produção, as consequências logo aparecem sob a forma de ampliação de subemprego, marginalização, redução salarial (oferta ampla que rebaixa os rendimentos dos trabalhadores ainda empregados) e, por fim, contração no consumo. Entretanto, esses são efeitos apenas “superficiais” do ponto de vista da circulação monetária e do mercado. O mais grave é a relação basilar existente entre trabalho e valor – a retirada de um exército crescente de força de trabalho da produção significa o esvaziamento da substância que dá vida à economia capitalista, *valor*. A incapacidade crescente de venda da força de trabalho, com sua contração significativa (desemprego) ou sua utilização precária (subemprego), significa uma queda da produção de valor, forma social básica que dá significado às mercadorias.

Como se sabe, a força de trabalho é uma mercadoria especial, única capaz de produzir valor. Com a automatização dos processos produtivos, a queda no volume geral de valor leva à redução dos lucros, pois o funcionamento desse sistema produtor de mercadorias baseia-se na valorização de valor, criação de valor maior do que o valor investido inicialmente pelo capital – mais-valor e lucro. O fundamento básico da crise econômica atual é, portanto, a *queda da taxa de lucro*, que não pode ser demonstrada por este ou aquele capital em particular, mas somente pela média global do lucro das empresas produtivas.

O problema é que, com a queda da taxa de lucro, capital excedente fica disponível no mercado sem destinação rentável. A *superacumulação* torna-se uma tendência inevitável do desenvolvimento da produção com a substituição de força de trabalho pelas máquinas, isto é, “não há, de modo algum, nenhuma contradição no fato de que excesso de capital esteja ligado com crescente excesso de população”.²⁰ Com a disponibilidade de recursos monetários sem destinação lucrativa, aumenta a necessidade de sua mobilização nas estruturas financeiras do mercado, o que leva à crescente substituição da “valorização de valor” (geração de lucro) por “capitalização”, isto é, mera multiplicação monetária (geração de juros). Uma condição histórica em que o excesso de capital combina com excesso de força de trabalho torna-se crônico, deixando de ser meramente cíclico: desemprego e “hipertrofia financeira” são marcas inseparáveis na sociedade mundial há quatro décadas.

A formação de capital fictício (capitalização) torna-se um processo comum à dinâmica econômica, com o que se confunde, mesmo em “empresas produtivas”, os ganhos operacionais da produção com os rendimentos não-operacionais no mercado financeiro.²¹ A

¹⁹ BOTELHO, Maurilio Lima. Crise do trabalho... *Op. cit.*, p. 17.

²⁰ MARX, Karl. *O Capital* – crítica da economia política. Livro III – O processo global da produção capitalista, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 185.

²¹ BRAGA, José Carlos de Souza. A financeirização da riqueza. *Revista do Instituto de Economia da Unicamp*, Campinas, n. 2, p. 25-55, ago. 1993.

confusão entre juros e lucros se estabelece, uma mescla indissociável de capital produtivo e capital financeiro, o que impede qualquer comprovação estatística de uma queda da taxa de lucro. Superacumulação de capital, portanto, é a forma geral da crise estrutural do capitalismo, que pode se manifestar, nos segmentos do mercado, sob a forma de excesso de liquidez (crédito barato), excesso da mercadoria força de trabalho (desemprego), excesso de mercadoria meios de produção (capacidade ociosa) e excesso de mercadorias em geral (superprodução). Em nossa época, a superacumulação se tornou crônica e aqui se encontra a principal raiz da aparente “hipertrofia financeira”.

A crise do valor

A expulsão progressiva de trabalhadores dos processos produtivos é uma das causas do colapso da sociedade cuja lógica é voltada à geração de lucro. Ao dispensar a única mercadoria capaz de produzir valor, o tanque de combustível dessa sociedade não é mais preenchido. Entretanto, a carência de reposição não é a única causa da falta de energia— há também um furo no tanque provocando o escoamento de valor. Trata-se do processo de substituição acelerada de trabalho produtivo por trabalho improdutivo, isto é, transferência irreversível de trabalhadores dos setores produtores de valor para setores econômicos que são por natureza improdutos.

Como se sabe, na lógica interna da produção capitalista, só as atividades assalariadas no âmbito do capital *produtor* de mercadorias são capazes de gerar valor. Não importa a natureza material (alimentos, roupas, automóveis) ou imaterial da mercadoria (conhecimento, serviço pessoal, entretenimento), o que importa é que nova riqueza seja adicionada ao sistema produtor de mercadorias na forma de ampliação da massa de valor existente. Novas mercadorias, produzidas pelo trabalho humano, alargam a base de riqueza do sistema. Serviços pessoais, educação e indústria cultural ampliam a base de riqueza por meio da valorização da mercadoria força de trabalho.

Por outro lado, todas as atividades realizadas no âmbito da *circulação* das mercadorias (comércio) ou do dinheiro (finanças) são por natureza improdutivas. A mera prática de comprar e vender mercadorias não acrescenta nenhuma gota de valor à estrutura econômica, pois aqui se trata de mera alteração na propriedade de mercadorias já produzidas. Também a circulação de dinheiro não representa nenhuma ampliação da riqueza existente, mas simples operação de circulação da mercadoria monetária. Este último caso é bastante óbvio para a consciência contemporânea, já que todos sabem que dinheiro não pode multiplicar a si mesmo de modo efetivo (a não ser através de expedientes fictícios). A remuneração dos operadores do dinheiro é feita por meio de juros, dedução dos lucros da produção. O mesmo ocorre com as atividades comerciais, cujo “lucro” comercial é mera divisão do lucro do capital responsável pela produção das mercadorias comercializadas. Capital mercadoria e capital monetário adicionam ao sistema uma série de “falsos custos” que precisam ser financiados pelo capital

produtivo.²² Isso significa que o trabalho realizado no âmbito do comércio e das finanças são, não importa o grau de exploração física ou mental de seus assalariados, improdutivos. São atividades cujos salários são deduzidos do resultado da produção de trabalhadores produtivos. Parte do valor adicionado pela força de trabalho ainda produtiva, em todo ciclo de produção, é extinto, via consumo improdutivo, ao manter funcionando as atividades da circulação de mercadoria e dinheiro.

Isso significa que uma segunda fonte de redução da massa de valor no sistema capitalista, além da própria expulsão progressiva de força de trabalho, é a transferência de assalariados do capital produtivo por assalariados do capital comercial e financeiro. A *crise do valor* decorre não apenas de uma *crise do trabalho* — exclusão deste dos processos de produção —, mas também da remoção da força de trabalho para setores improdutivos. A tendência secular de deslocamento dos trabalhadores para o comércio, finanças e, em parte, serviços (muitos deles também atividades da circulação, como publicidade, turismo, administração pública e privada etc.) representa uma conversão das massas assalariadas em trabalhadores improdutivos.

Portanto, a *terciarização* crescente da sociedade se junta à exclusão do trabalho como integrante da crise do valor: a dinâmica *histórica* do desenvolvimento produtivo leva a uma transformação *estrutural* da economia capitalista. A origem dos dois processos é única: a automatização crescente dispensa o trabalho da produção de mercadorias, o que significa que, enquanto uma parte deste será atirada na exclusão econômica (desemprego), outra será lançada às atividades da circulação. A *empresa global* capitalista está cada vez mais demitindo, assim como concentrando sua força de trabalho restante na mera administração, estocagem e venda das mercadorias provenientes de sua grande unidade de produção quase automatizada. A *fábrica global* está se convertendo num *shopping global*.

Em 2007, a população economicamente ativa mundial estava distribuída já em 36,4 % para o setor primário, 22,2 % no setor secundário e 41,4 % no setor terciário. Em 2012, a União Europeia apresentava 71,8 % de sua população ativa no setor terciário. Os EUA, 79,1 % e o Brasil, 71 %. Até mesmo a China, considerada a fábrica mundial, em 2012 já apresentava a maior parte de sua população ativa no setor terciário: 35,7 %, contra 34,8 % no primário e 29,5 % no secundário.²³

Se na base da intensa capacidade de produção alcançada por um capitalismo superavanzado está a inutilização (desemprego) e improdutividade (terciarização) crescente do trabalho, na outra ponta da tentativa de inserção social, os dois processos se encontram novamente. Os excluídos do mercado de trabalho — cada vez menos presentes nas estatísticas

²² “A existência do capital em sua forma de capital-mercadoria, e portanto como estoque de mercadorias, ocasiona pois, custos que, não pertencendo à esfera da produção, contam-se entre os custos de circulação [...]. os capitais aqui aplicados, inclusive a força de trabalho como elemento do capital, precisam ser repostos por parte do produto social. Por isso, seu desembolso atua como diminuição da força de produção do trabalho, de modo que maior quantum de capital e de trabalho é exigido para alcançar determinado efeito útil. São *falsos custos*”. MARX, Karl. *O Capital* – crítica da economia política. Livro II – O processo da circulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.101.

²³ Os índices foram compilados na base de dados eletrônica da CIA — *The World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 30 maio 2013.

pela desistência em procurar emprego — viram “empresários de si mesmos”, autônomos das atividades terciárias e, principalmente, vendedores ambulantes. Que as grandes cidades do mundo estejam se transformando em “cidades-bazar” devido à informalidade gigantesca de sua população, vivendo da venda de frutas, bugigangas e *gadgets*, só demonstra que a solução individualizada ao desemprego tem sido a própria terciarização.²⁴ Ou seja, do ponto de vista da criação global de riqueza, não importa que os governos cada vez mais anunciem o empreendedorismo individual e o “trabalho por conta própria” como “geração de emprego”, dado que suas políticas cada vez mais estimulam a “flexibilidade do trabalho”. Mesmo que todo desemprego mundial fosse solucionado por meio do “emprego” por conta própria, continuaríamos sem a contribuição do trabalho produtivo para a criação de riqueza efetiva para o sistema. A “solução” para o desemprego é mera salvação pessoal precária e isolada que é incapaz de salvar a economia mundial: o desemprego combinado à informalização e à precarização crescente reduz a demanda por mercadorias, o que agrava o problema da superprodução. A transformação produtiva do capitalismo, que acelera a racionalização dos processos de produção sem a expansão correspondente dos mercados, achata ainda mais o horizonte consumidor com a improdutividade crescente da força de trabalho, precarizada nos setores da circulação de mercadoria e dinheiro. Crise da *produção* de valor (desemprego) e crise de *valorização* (improdutividade do trabalho) geram uma crise de *consumo*.²⁵ As extensas e áridas polêmicas da história teórica entre os defensores da crise de superprodução e os adeptos do subconsumo tornam-se sem sentido: o colapso do capitalismo é simultaneamente uma crise de superprodução e uma crise de subconsumo.

Crise do dinheiro

Não é possível demonstrar empiricamente a queda da taxa de lucro em função do embaralhamento, na contabilidade das unidades empresariais, entre rendimentos financeiros e lucros da produção. As estatísticas nacionais registram o ganho individualizado, mesmo que sob a forma de juros, como ganho econômico real. Assim, apenas teoricamente pode ser deduzida a queda dos lucros.²⁶ A queda dos lucros, como visto, promove o desvio de capital

²⁴ “Ruggiero e South (1997) propõem chamar de ‘bazar’ esse fenômeno recente, em que a cidade ocidental adquire as feições de um enorme mercado oriental, com sua multiplicidade de tendas e ‘pontos’, com sua barganha incessante ruidosa, suas dimensões tácitas e suas manobras ardilosas e habilidades específicas. Uma ‘feira pós-moderna’, que ultrapassa todas as regulamentações convencionais. Para esses autores, é própria à cidade moderna-tardia, que as fronteiras morais entre legalidade e ilegalidade se atenuem ou sejam constantemente negociadas. Como suas referências são as grandes cidades europeias e norte-americanas, a diferença com a cidade moderna clássica fabril, fordista e organizada”. MISSE, Michel. O Rio como um bazar. *Revista Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 18, jul./set. 2002, p. 71-72.

²⁵ “A falta de procura como falta de poder de compra na forma do dinheiro não é outra coisa senão o reverso de uma falta de substância do valor dos próprios produtos enquanto mercadorias, ou seja, de uma falta geral de produção de valor”. KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor* – linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014, p. 234.

²⁶ “A relação entre a estatística e o movimento real de valorização é indireta, não podendo em caso algum ser expressa em dados empíricos, mas apenas tornada acessível por indícios”. *Ibidem*, p. 183.

excedente, que não encontra mais destino lucrativo na produção, para os mecanismos de circulação monetária, para a “esfera financeira”. A superacumulação de capital é a origem mais profunda do fenômeno da “hipertrofia financeira”: o capital precisa substituir sua ânsia de ampliação por meio de lucros por uma multiplicação por meio de juros. A economia capitalista em crise leva necessariamente à ficcionalização da riqueza, pois a riqueza real na forma de valor não é mais produzida ou não é suficiente. Assim, “um momento na acumulação do capital monetário (...) é essencialmente diferente da acumulação real do capital industrial”.²⁷

Evidentemente, essa multiplicação de riqueza por meios monetários sempre teve um limite muito óbvio: a própria natureza de mercadoria do dinheiro. Enquanto o dinheiro nada mais era do que uma mercadoria que funcionava como equivalente geral e reserva de valor (mercadoria-dinheiro), os limites da ficcionalização de riqueza estavam dados pela relação entre moedas de crédito e o próprio dinheiro que podia saldá-las como meio de pagamento. Notas promissórias, letras de câmbio, títulos de dívida e diversas formas de crédito poderiam ser utilizadas como meios monetários, formas temporárias de dinheiro e, portanto, circular (dinheiro-mercadoria). Essas formas monetárias funcionavam como moedas de crédito, *acima* do dinheiro real, que permanecia por sua vez respaldado em uma mercadoria (moeda com lastro).

Com a acumulação excessiva de capital sem destinação lucrativa, uma imensa massa de capital monetário passou a circular pela estrutura global capitalista sem passar pela esfera da produção. Essa riqueza monetária gigantesca não podia ser reinvestida, dado o problema crônico do excesso de capacidade ociosa. Essa riqueza monetária gigantesca – representada na década de 1970 como uma avalanche de dólares no mundo, principalmente sob a forma de eurodólares e petrodólares – estava sob risco de desvalorização e a inflação tornava-se um problema mundial comum. Havia o iminente perigo de uma corrida à conversão do papel-moeda em ouro, seu lastro. O governo americano, num ato que entrou para história, rompeu unilateralmente com o sistema de Bretton Woods ao anunciar o fim da conversibilidade do dólar em ouro. Assim, a relação essencial entre dinheiro (dólar) e mercadoria (ouro) foi rompida. Aquilo que havia sido típico somente em momentos de guerra e derrocadas econômicas tornou-se uma condição permanente da sociedade capitalista – desde então a moeda mundial deixou de ser uma representação de riqueza real (mercadoria) e passou a ser arbitrariamente definida pelo governo norte-americano. As moedas de crédito, agora, não circulam mais *acima* do dinheiro, mas ao seu *lado*: o próprio dinheiro, desprovido de lastro, sem respaldo em uma mercadoria, torna-se ele próprio uma forma de moeda de crédito.

Não é um paradoxo que o dinheiro, ao se libertar de sua base metálica e circular mundialmente sem conversão, entre em crise. Ao romper a vinculação entre dinheiro e mercadoria perde-se também a substância real por trás da unidade básica de riqueza empírica. Assim como ocorre com as mercadorias produzidas em regimes automatizados, onde a quantidade de valor presente é mínima ou inexistente, o dinheiro passa a ser produzido sem

²⁷ MARX, Karl. *O Capital... Op. cit.*, p. 41.

substância de valor. O rompimento da relação entre dinheiro e valor, a crise do dinheiro, é resultado da própria crise do valor. Essa separação da base “material” significa não apenas sua libertação mas também sua morte: o “dinheiro subiu aos céus”, na expressão de Robert Kurz.²⁸

Sem lastro, o dinheiro passou a multiplicar a si mesmo, numa velocidade e magnitude inédita na história – passamos a ter um “mundo transbordando em dinheiro”.²⁹ E foi isso exatamente o que ocorreu nos anos e décadas seguintes ao fim de Bretton Woods. Rapidamente foi criado o mercado futuro de moeda, negociado pela primeira vez na bolsa de Chicago em 1972 (inspirada numa sugestão de Milton Friedman).³⁰ O mercado futuro de bens, principalmente de recursos naturais, matéria-prima, alimentos e fontes de energia já era uma realidade desde pelo menos o século XIX. A sua função era basicamente garantir estabilidade de preços e possibilidade de planejamento dos exercícios econômicos futuros para comerciantes e empresários que negociavam grandes quantidades de mercadorias. Agora, a maior bolsa de mercadorias do mundo lançava a possibilidade de apostar no preço futuro do dinheiro – como o dólar tornou-se flutuante, seguradoras passaram a oferecer a garantia de negociação futura de moeda a preço fixo. Isso abriu uma variedade infinita de formas de investimentos, principalmente com derivativos de moeda. Não apenas era possível apostar na alta ou baixa do dólar, como em qualquer outra moeda do mundo e, mais ainda, em combinações de moedas (dólar contra iene, iene contra libra, libra contra franco etc.). Se a improdutividade crescente do trabalho transformava a fábrica global em *shopping* global, a crise do dinheiro transformava a economia capitalista num *cassino global*.

E o processo de libertação do dinheiro permitia ainda formas mais criativas de multiplicação monetária – entre elas o endividamento crescente de todo tipo de agente social: famílias, empresas e Estados.³¹ O excedente monetário global, circulando pelos mercados financeiros, podia ser utilizado para financiar os crescentes *déficits* fiscais, assim como permitia a compensação dos lucros decrescentes ao financiar progressivamente as empresas. Também a tendência de queda no consumo, decorrente do rebaixamento salarial e concentração de riquezas podia ser compensada pelo endividamento privado: famílias passaram a gastar muito mais do que suas remunerações, tornando negativas as poupanças das principais economias do mundo.

Aqui aparece o sentido mais amplo da bolha imobiliária norte-americana: famílias usavam suas casas como meio de multiplicação de riqueza monetária via endividamento –

²⁸ KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>>. Acesso em: 03 out. 2017.

²⁹ ROUBINI, Nouriel & MIHM, Stephen. *A economia das crises... Op. cit.*, p. 93.

³⁰ FOX, Justin. *O mito dos mercados racionais*. Uma história de risco, recompensa e decepção em Wall Street. Rio de Janeiro: BestSeller, 2010, p. 182.

³¹ Em 1981, a dívida pública norte-americana girava em torno de 30 % do PIB, em 2008 já ultrapassava 70%. A dívida corporativa cresceu no mesmo período de 53 % para 76 %, aparentemente mais prudente. Mas a dívida familiar pulou de 48 % do PIB para 100 %. A dívida do setor financeiro, esse que envolve os demais em empréstimos e concentra a liquidez do sistema, passou para uma relação com o PIB dos EUA de 22 %, em 1981, para 117 %, em 2008, um aumento de mais de cinco vezes. No total do setor privado, a dívida saltou nesse período de 123 % do PIB para 290 %! (*Op. cit.*, p. 96).

enquanto o preço dos imóveis crescia a cada ano, novas hipotecas poderiam ser contraídas, pois o dinheiro desembolsado no ano seguinte poderia pagar a hipoteca anterior e ainda restar um saldo para ser usado em consumo.³² Por isso o estopim da crise no *subprime*, ou seja, na hipoteca de risco: o excesso de liquidez era tão gigantesco que grupos sociais tradicionalmente sem acesso à crédito bancário — e muito menos financiamento imobiliário de longo prazo —, tornaram-se clientes do sistema financeiro. Ficaram famosos os empréstimos *ninja* na economia norte-americana, concedidos a indivíduos sem renda (*no income*), sem emprego (*no job*) e sem nenhum ativo (*no assets*). Evidentemente, não se pode culpar o consumidor final de empréstimos e imóveis, os mutuários de hipotecas, pelo desastre que se seguiu. Toda a estrutura econômica, e não apenas financeira, estava comprometida com o excesso de capital, o que levou às inovações financeiras mais criativas de todos os tempos, quando as instituições do mercado de capital inventaram todos os tipos possíveis de mecanismos para poder rolar a liquidez disponível.

É evidente que uma ciranda financeira generalizada dessas não pode perdurar muito, por isso a realidade do capitalismo em declínio, em que o dinheiro entrou em crise e perdeu sua substância real, é a de sucessivos *booms* financeiros seguidos rapidamente de *crashes* estrondosos. Entretanto, a ficcionalização de riqueza por meios monetários pode até mesmo repercutir na produção propriamente dita, pois a alavancagem do setor imobiliário, por exemplo, significou o aquecimento do setor de construção e a entrada em operação da capacidade produtiva até então ociosa. A ficcionalização, por isso, é uma espécie de adrenalina que provoca espasmos num organismo em falência, isto é, simula normalidade numa economia que já não funciona mais. Ao forçar o consumo pelo endividamento, reduzir estoques acumulados e baixar a capacidade ociosa com a euforia, até o desemprego estrutural pode ser aliviado temporariamente, embora retorne quase sempre piorado depois da explosão da bolha.³³ A ficcionalização de riqueza cria uma breve e aparente normalidade que depende de *febres especulativas* para se movimentar.

Se os juros substituem os lucros, e o dinheiro-mercadoria substitui a mercadoria-dinheiro, o endividamento produz temporariamente um mercado consumidor onde os rendimentos regulares (salários) já não o fazem mais. Aqui a natureza da *simulação* torna-se óbvia: o

³² Além da conversão dos imóveis em fonte de renda num mercado imobiliário com inflação de preços, outra possibilidade de usar o imóvel como fonte de recursos era por meio de renúncia fiscal. Políticas sociais da década de 1970, voltadas à moradia, garantiam isenção de impostos com as hipotecas. “Esses subsídios incluíam a possibilidade de deduzir do imposto de renda os pagamentos e os juros de suas hipotecas, assim como o imposto sobre a propriedade. Da mesma forma, parte dos ganhos de capital obtidos com a venda da residência principal não é tributada”. ROUBINI, Nouriel & MIHM, Stephen. *A economia das crises... Op. cit.*, p. 88-89.

³³ O exemplo atual do Brasil, pós-explosão da bolha de *commodities* é muito expressivo de desemprego inédito que superou os piores momentos anteriores. No início da década de 2000, quando ocorreu a explosão da bolha acionária das empresas de internet, nos EUA, a recuperação das taxas de desemprego foi ainda mais veloz: “Apenas no breve período entre o final de 2000 e meados de 2002, mais de 60 companhias faliram e a indústria de telecomunicações demitiu mais de 500 mil trabalhadores, 50 por cento a mais do que tinha contratado durante a espetacular expansão do período entre 1996 e 2000. Fazendo uma comparação, a indústria automobilística tinha levado quase duas décadas para cortar 732 mil empregos”. BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 26.

endividamento progressivo alavanca a economia real, pois graças ao mecanismo de ficcionalização de riqueza, “até uma acumulação de dívidas pode aparecer como acumulação de capital”.³⁴ Entretanto, uma economia arrastada por dívidas não pode ser considerada uma economia saudável por nenhum critério.

Crise do capital global

Crise do valor e do dinheiro são imediatamente *crise do capital*. A substituição de lucros por juros, em virtude da redução de produção de valor e, portanto, do combustível necessário para a valorização do capital, leva à capitalização, formação de capital fictício, multiplicação monetária sem respaldo econômico efetivo.

Entretanto, há um ponto que parece frágil nessa avaliação da crise do trabalho e do valor. A incorporação de novos mercados à estrutura mundial capitalista poderia compensar a expulsão de trabalhadores promovida pelas revoluções tecnológicas recentes. A deslocalização geográfica das indústrias para a periferia do capitalismo, principalmente em países de grande população (China, Índia, Indonésia, Tailândia etc.), absorveu força de trabalho em escala inédita, o que poderia equilibrar a balança da produção de valor e explicar a ampliação de desemprego nos países industriais do centro.

Aqui é preciso enxergar que, além de uma mera *expansão geográfica absoluta*, isto é, um crescimento econômico linear em que novos mercados são constantemente incorporados para manter a reprodução ampliada, simultaneamente o capitalismo apresentou em seu desenvolvimento uma *expansão geográfica relativa*. Os centros industriais tradicionais são varridos constantemente por reestruturações que modificam a sua escala de produção e reduzem o uso da força de trabalho a novos patamares de racionalização. O capitalismo se desenvolve não apenas “para fora”, mas sempre também “para dentro” de si mesmo, provocando “destruições criativas” em suas unidades produtivas tradicionais. Os pólos da economia mundial se deslocaram ao longo da história pois as diversas revoluções industriais surgiram em pontos distintos da geografia global capitalista, renovando as estruturas de produção. Ao lançar-se para novos mercados, não apenas força de trabalho nova foi absorvida para a fornalha capitalista já existente, mas também novos mercados foram abertos para o capital, meios de produção e mercadorias em geral. Entretanto, essa não é uma regra mais válida e a história da expansão capitalista encontra limites novos.

Há uma característica inédita no deslocamento produtivo capitalista com a expansão geográfica das últimas quatro décadas rumo ao Sudeste Asiático (Tigres Asiáticos e China, respectivamente). Em outros momentos da história do mercado mundial, expansão geográfica sempre representou ganhos para os mercados centrais (inclusive para a força de trabalho), pois os custos sociais, econômicos e mesmo ecológicos da produção podiam ser externalizados

³⁴ MARX, Karl. *O Capital... Op. cit.*, p. 19.

para as colônias ou países periféricos. Isso ocorreu nos primórdios do capitalismo, ainda em sua “fase mercantilista”, com as Grandes Navegações. Ficou mais óbvio no período clássico do imperialismo, quando capital excedente da grande crise de 1874-1890 pôde ser exportado para novas terras, assim como a força de trabalho excedente desempregada (grandes migrações) e o excesso de mercadorias. Ali estava a origem da “integração proletária”, com o surgimento da chamada *aristocracia operária*.

A atual expansão geográfica da indústria ocorre num período em que as inovações produtivas ultrapassam a capacidade de absorção dos mercados, por isso a dilatação geográfica da indústria (que, a rigor, torna-se global) não vem acompanhada de uma expansão capitalista, mas de seu declínio. Ao contrário da integração da China, Índia e outros países asiáticos significar um sinal de maturidade capitalista – como é comumente aceito –, representa mais adequadamente o seu envelhecimento.

Esses países não estavam de fora do mercado mundial, pois já eram integrados a circuitos de exportação de capitais desde o final do século XIX. A atual etapa de integração é uma *conexão produtiva*, uma expansão industrial, que, ao contrário de ampliar as oportunidades econômicas e os ganhos, vem seguido exatamente de uma queda de lucros, endividamento crescente e desemprego. A integração asiática adicionou capacidade produtiva, mercadorias e força de trabalho a um sistema já atravessado pelo problema de superacumulação. A oportunidade de absorver força de trabalho barata das zonas econômicas especiais asiáticas não é um sinal de ampliação da massa de lucros, mas exatamente de encolhimento desta devido aos efeitos regressivos sobre o consumo. Mas o problema não é apenas o da realização de lucros — também a produção de valor é colocada em xeque aqui, pois o que muitas vezes é apresentado como ampliação da massa empregada não passa de substituição de empregos de custos elevados no centro por empregos baratos na periferia.

Por sua vez, essa permuta de trabalho com a periferia mundial tem sido realizada paralelamente à introdução de inovações tecnológicas e ampliação de trabalhadores improdutivos. A China não é apenas o país que mais usa robôs em termos absolutos (ainda abaixo do índices relativos de robotização da Coreia do Sul e Japão), como também já apresenta a maior parte de sua população economicamente ativa empregada em setores comerciais, financeiros e serviços. Por fim, uma realidade também dramática se apresenta por trás dos números oficiais: sabe-se por diversas fontes que o índice de desemprego efetivo na economia chinesa ultrapassa os 20 %. Desemprego tecnologicamente produzido tem sido uma marca tanto do centro do capitalismo quanto da periferia.

O que está em foco aqui é exatamente a *crise do capital global*. Não é possível compreender o capital em termos isolados por unidades produtivas, com o risco do individualismo metodológico.³⁵ Com a total integração produtiva mundial, só é possível enxergar os processos de produção e circulação de capital em escala global. O *capital global*, isto é, sua totalidade lógica, só agora pode ser apreendido em plenitude, pois também em

³⁵ Sobre o “individualismo metodológico a respeito do conceito de capital”, ver KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor... Op. cit.*

termos produtivos o mundo foi integrado a esta forma social. “O processo global da produção capitalista” (Marx) só faz sentido pleno quando efetivamente surge um *capital global* em termos geográficos. Dado que esta lógica de reprodução ampliada produz tensões que só podem ser administradas se empurradas à frente e deslocadas geograficamente, quando o processo da produção capitalista torna-se efetivamente global, em termos geográficos, contraditoriamente chegamos ao limite de sua expansão. Tanto no desenvolvimento lógico interno (reestruturação dos mercados gerando desemprego crescente) quanto no desenvolvimento lógico externo (integração produtiva mundial) chegamos ao limite de expansão capitalista. Quando o capital torna-se global, já há mais pra onde fugir – Rosa Luxemburgo estava em parte correta. A fuga para a frente torna-se impossível num mundo onde não há mais *externalidades* para recorrer.³⁶

O quarto processo em curso que define teoricamente a originalidade do colapso econômico mundial é, portanto, a *globalização*. Sob esta capa muito alardeada se esconde esse conteúdo pouco compreendido de uma crise de dimensões históricas e geográficas inéditas.

Globalização não significa a oportunidade de se consumir produtos de qualquer parte do mundo, isto é, a intensificação do comércio mundial. Embora os níveis mundiais alcançados pela troca de mercadorias sejam inéditos e avassaladores, aqui trata-se apenas de uma radicalização de um tendência histórica que poderia ter suas origens apontadas nas Grandes Navegações ou no mercantilismo. Especiarias da Índia e seda da China nos mercados de Lisboa, desse ponto de vista, se diferenciam muito pouco de TVs de LCD sul-coreanas ou sandálias brasileiras nas lojas de Nova York.

Também globalização não se refere ao movimento de capitais pelos mercados mundiais, sua facilidade de escoamento ou os investimentos diretos realizados por nações europeias em zonas econômicas do Sudeste Asiático. Embora aqui estejamos numa escala, velocidade e facilidade inédita para a história moderna de movimentação de capitais, a configuração de um mercado global de empréstimos e investimentos remete ao século XIX e é uma das definições econômicas do imperialismo clássico — a exportação de capitais. A troca e os investimentos entre Estados distintos é uma constante e ao mesmo tempo um pressuposto do próprio capitalismo como sistema mundial – na definição clássica de Wallerstein, “o capitalismo pôde florescer precisamente porque a economia mundial teve dentro de seus limites, não um, mas uma multiplicidade de sistemas políticos”.³⁷

³⁶ “O pós-modernismo é o que se tem quando o processo de modernização está completo e a natureza se foi para sempre. É um mundo mais completamente humano do que o anterior, mas é um mundo no qual a ‘cultura’ se tornou uma verdadeira ‘segunda natureza’”. (JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996, p. 13). Aqui seria preciso levar a sério também o sentido mais radical dessa incorporação dos processos naturais à produção capitalista. A “natureza” não é mais algo “externo”, mas ambiente físico interno à forma social globalizada, e por isso “já não é mais possível *externalizar* os efeitos colaterais e os perigos das sociedades industriais desenvolvidas”. BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo. Respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 78. Grifo nosso – MLB. Uma outra nota a acrescentar a nossa discussão seria a de “crise da natureza”.

³⁷ Citado em ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; Unesp, 1996, p. 32.

O significado mais profundo da globalização é a simultânea *dispersão geográfica e integração econômica das cadeias produtivas*. A formação do capital global, a atuação mundial tanto no mercado de capitais, de mercadorias e de força de trabalho permite que um determinado produto, antes de chegar ao consumidor final, tenha cada uma de suas partes produzida em condições econômicas de custos mais reduzidos, não importando a localização da fábrica responsável por cada componente. Com a facilidade de deslocamento monetário, a redução gigantesca dos custos de circulação e as oportunidades abertas pelas cadeias produtivas que atravessam fronteiras nacionais, qualquer ameaça isolada na fabricação de alguma parte do produto final soa o alarme da transferência de capital. O mundo entrou numa concorrência desenfreada por oportunidades de produção e captação de investimentos, de modo que as condições sociais, políticas e ambientais podem ser reduzidas ao mínimo para se alcançar uma vitória na “guerra fiscal” ou na “guerra dos lugares”.

Conforme atestou Ulrich Beck, efetivamente esta é a vitória do capital sobre o trabalho e o Estado.³⁸ Mas isso implica também em sua derrota, pois custos reduzidos ao máximo no processo de produção implicam em redução global da massa de valor, pois pressupõem o uso mínimo do trabalho vivo, assim como o *dumping* social entre os Estados tem reduzido o poder de compra global. Atuação global do capital leva à redução de valor e dos lucros. Daí que a expansão industrial para novas sociedades apareça hoje como um empobrecimento do centro do capitalismo, sem que novos mercados consumidores sejam capazes de substituir os mercados do centro.³⁹

E se a redução global de salários pode induzir ao uso massivo de força de trabalho barata em unidades produtivas precárias, esse uso só pode ser isolado e temporário. Os mecanismos de concorrência agora não respeitam mais as fronteiras nacionais — o protecionismo ou vira peça de museu ou transforma os países que o adotam em museus à céu aberto. Mais cedo ou mais tarde, a produtividade elevada em condições de uso mínimo de força de trabalho – com os efeitos do barateamento de custos, produção em escala superior etc. – derrota as *sweatshops* espalhadas pelo mundo, pois a objetividade do valor ainda prevalece mesmo quando sua lógica míngua: mercadorias produzidas com um mínimo de trabalho têm valor mais baixo que aquelas com uso extensivo de trabalho.⁴⁰ Vale para a

³⁸ “A economia de atuação global enterra os fundamentos do Estado e da economia nacional. E assim entra em curso uma subpolitização de dimensões impensadas e consequências imprevisíveis. Trata-se de um novo *round* para se derrubar elegantemente o velho adversário ‘trabalho’; mas ao mesmo tempo trata-se principalmente da demissão do ‘capitalismo ideal e completo’, como Marx chamava o Estado; ou seja, trata-se da libertação das amarras do trabalho e do Estado, tais como estes surgiram nos séculos XIX e XX”. BECK, Ulrich. *O que é globalização... Op. cit.*, p. 15.

³⁹ Aqui temos outra característica inédita que não leva a um “século do Pacífico”. Nos deslocamentos geográficos do passado, quando um novo centro surgia, as inovações produtivas eram acompanhadas de uma ampliação absoluta do mercado consumidor (o grande mercado inglês em comparação ao holandês e o gigantesco mercado americano comparado ao primeiro). A transformação da China em grande fábrica mundial só se explica em função de sua dependência do mercado consumidor *yankee*: todas as medidas para ampliar o peso do mercado doméstico chinês e reduzir essa dependência externa têm sido um fiasco.

⁴⁰ O exemplo das *maquiladoras* mexicanas é um marco pela velocidade em que o processo ocorreu. Destino de muitos investimentos dos EUA nos anos 1980 e substituto de muitas de suas indústrias fechadas até o fim do século XX, o México, num ritmo vertiginoso, perdeu para a Ásia essas fábricas com muita força de trabalho, atividades relativamente simples e desqualificadas (têxteis, peças mecânicas e

relação entre *swetshops* e a indústria avançada a mesma relação entre o emprego precarizado e o desemprego: uma forma não é a negação da outra, ambas andam juntas no declínio do capital.

Crise do Estado

A partir do momento em que é possível determinar categorialmente a crise do trabalho e a crise do capital, em virtude da globalização, a falência estrutural da sociedade burguesa se manifesta também na forma de uma *crise do Estado*.

Não nos interessa nesse momento a crise de legitimação do Estado, que também está articulada à sua crise estrutural – as exigências desmedidas da democratização do pós-guerra impõem demandas ao Estado muito acima das suas capacidades, desfazendo progressivamente a legitimidade social de sua ação entre os grupos sociais preteridos.

Aqui nos importa o vínculo estreito do Estado moderno com a estrutura capitalista, tomando como prioridade de sua ação, desde o seu nascimento, o enquadramento social às exigências do trabalho e do mercado. O Estado teve a obrigação de produzir a força de trabalho assalariada necessária à produção capitalista e a função de zelar, jurídica e politicamente, pela manutenção das condições sociais e econômicas das relações de mercado. Isso significa que só “existe uma e *somente* uma estratégia geral de ação do Estado. Ela consiste em criar as condições segundo as quais *cada cidadão é incluído nas relações de troca*”.⁴¹ Essa estratégia geral muda seu conteúdo e significado com as transformações históricas, assim como novas determinações são acrescentadas a essa função geral. Contudo, pressuposta a “relação funcional entre as instituições da política social e o problema da socialização através do trabalho assalariado”,⁴² cabe ao Estado zelar pela forma mercadoria, tanto no mercado de trabalho (política social) quanto nos mercados consumidores (garantia da propriedade privada).

Ora, quando gigantescas massas são expulsas do mercado de trabalho, isso não apenas abala a estrutura social pela qual o Estado deve zelar, provocando fissuras em suas próprias bases institucionais, como provoca o aumento vertiginoso de exigências à sua atuação. O Estado capitalista, após a década de 1970, tem de reformular a necessidade estrutural de converter crescentes populações excluídas em mercadoria e ainda proteger o mercado dessa situação de exclusão. Que tenhamos cada vez mais políticas de reinserção social caminhando ao lado da repressão direta é um desdobramento lógico da crise da sociedade repercutindo

montagem): “nos últimos dois anos, cerca de 280 mil postos de trabalho desapareceram com o fechamento de mais de 350 maquiladoras, as fábricas de montagem estrangeiras que fabricam para exportação, desde jeans azuis até liquidificadores, de televisores a brinquedos”. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2002/06/29/world/mexico-is-attracting-a-better-class-of-factory-in-its-south.html?mcubz=0>>. Acesso em: 03 out. 2017.

⁴¹ OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 125.

⁴² *Ibidem*, p. 31.

sobre as estruturas estatais. Evidentemente, a política social muda de natureza – não se trata mais de garantir as condições de reprodução de trabalhadores, mas de garantir a sobrevivência de crescentes massas de não-trabalhadores. Como se sabe que uma parte considerável dos excluídos não retornarão ao mercado, eles se tornam disfuncionais e uma ameaça (aparente ou real) à propriedade. O assistencialismo direto substitui cada vez mais as políticas de bem-estar, ou o seu esboço na periferia, assim como a guerra aos pobres assume o lugar do Estado de direito. A socialização pelo trabalho entrou em falência e o Estado, que durante o ciclo de ascensão histórica do mercado teve a função de desenraizar as populações para torná-las mercadorias, agora só pode operar como o mercado, que em momentos de excesso de oferta, destrói seus estoques invendáveis.

Se as funções regulares do Estado se ampliaram com a expansão do mercado, somam-se novas exigências agora com essa dupla função *assistencial-repressiva* – e a dificuldade de financiamento estatal torna-se crônico. Além disso, uma função se volta contra a outra: o discurso conservador contra os gastos da assistência direta torna-se cada vez mais raivoso com o encolhimento do mercado de trabalho – é avaliada como “fundo perdido”, um cruel parâmetro para a vida imposto pela forma mercadoria.

Além disso, o problema do financiamento estatal é agravado também pela crise do capital global. Se o desemprego e a assistência direta ampliados significam redução de arrecadação acompanhada de gastos crescentes, a fluidez do capital num mundo com fronteiras econômicas porosas reduz ainda mais a capacidade de angariar recursos. Com a concorrência global de custos, a guerra fiscal torna-se uma norma: investimentos são atraídos por localidades se suas instituições políticas garantem não apenas redução de impostos como também financiamento subsidiado. A mobilidade do capital torna-se um elemento de fragilização do financiamento estatal e uma ameaça ao Estado.

[Primeiro, as empresas transnacionais] podem exportar postos de trabalho que têm os menores custos e os menores impostos possíveis para a utilização de mão-de-obra; segundo, elas estão capacitadas (em função do amplo alcance dos meios técnicos de informação) *para distribuir produtos e serviços nos mais diversos lugares, bem como para reparti-los nos mais diversos pontos do mundo*, de tal maneira que as etiquetas das firmas e as das nações acabam sempre por ser enganosas; terceiro, suas posições lhes permite criar confrontos entre Estados nacionais ou locais de produção e com isto realizar “pactos globais”, tendo para si os menores impostos e as melhores condições de infraestrutura; podem ainda “punir” os Estados nacionais sempre que estes se tornarem “caros” ou “poucos propícios para investimentos”; e quarto, por fim, podem escolher de modo autônomo seus locais de investimento, produção, recolhimento de impostos e de sede na selva da produção global e confrontá-las uma a uma. Deste modo, os dirigentes podem viver e morar nos lugares mais belos e pagar impostos nos mais baratos.⁴³

Por quase todos os lados, nas últimas décadas, a tendência tem sido uma constante redução de impostos dos setores empresariais sob a promessa nunca realizada de que seria compensada pela geração de empregos. A participação corporativa na arrecadação de impostos tem progressivamente declinado, nos países centrais e países industrializados

⁴³ BECK, Ulrich. *O que é globalização?...* Op. cit., p. 17. Grifos no original.

periféricos, em função da miragem de um retorno à condição anterior do assalariamento massivo no setores produtivos.

Se a base de arrecadação torna-se frágil com o desemprego e assistência social crescente, assim como a globalização do capital afugenta a capacidade de arrecadação sobre os setores produtivos, então como pode o Estado continuar atuando diante de exigências cada vez mais amplas?

A resposta está no endividamento público. Assim com as famílias substituem rendimentos por endividamento e as empresas substituem lucros por juros, o Estado cada vez mais cobre o *déficit* de arrecadação com empréstimos, emissão de títulos de dívida pública. Aquilo que havia sido utilizado como uma espécie de motor de arranque da sociedade burguesa ou como medidas temporárias — o endividamento público absolutista e o *déficit spending* keynesiano —, agora se torna permanente com a incapacidade do Estado em garantir os meios necessários à sua própria atuação. A *crise fiscal do Estado* tornou-se estrutural, uma epidemia mundial sem exceção — somente a dívida pública em todo mundo alçou a soma de 42,4 trilhões em 2016.⁴⁴

E para manter esse volume gigantesco, uma estrutura financeira foi montada ao lado do endividamento estatal. Se desde o princípio da modernidade grandes bancos se ergueram arrastados pelo crédito fornecido ao Estado, agora a “hipertrofia financeira” de uma economia com dinheiro sem lastro e ficcionalização extrema adere ao endividamento público tal como sanguessugas à carne. A capacidade do Estado de emitir dívida amparada na futura arrecadação de impostos é uma fonte direta de capital fictício: a antecipação de rendas futuras, na forma de títulos que podem circular como mercadoria ou dinheiro, torna-se uma “base” que substitui o lastro real. Não é por acaso que os títulos da dívida pública dos EUA tornaram-se uma espécie de lastro do mercado financeiro mundial ou que o “rentismo” adote a dívida pública na periferia do capitalismo com uma fonte quase inesgotável de renda elevada. Mas a fragilidade dessa sustentação é evidente: como o volume tende a se ampliar progressivamente, dado que os juros tendem a alavancar o endividamento, a dívida pública tem um limite que *mais cedo ou mais tarde* deve ser atingido. As diversas moratórias recentes, desde os anos de 1970, com a crise da dívida na América Latina na década de 1980, a moratória russa em 1998 e a crise argentina em 2001, entre outras, anunciam uma era de incapacidade de sustentação estatal. O problema fiscal na zona do Euro e as recentes paralisias do governo norte-americano, forçando a ampliação parlamentar do teto de endividamento, mostram que o limite também chegará para o centro do capitalismo. A atividade estatal de hoje é financiada pela arrecadação futura, que será insuficiente para bancar a máquina pública — mesmo contidas suas funções pela ânsia neoliberal em reduzir o Estado— e por isso deverá amanhã ser novamente respaldada em dívida.⁴⁵ O megaempresário

⁴⁴ Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2016/03/01/divida-publica-global-continuara-a-crescer-em-2016-diz-sp.htm>>. Acesso em: 03 out. 2017.

⁴⁵ O “mais cedo ou mais tarde” embaralha-se, criando uma confusa experiência temporal onde o futuro é consumido: em 2015, a Petrobrás, então a empresa mais endividada do mundo, lançou bônus de dívida com vencimento em 100 anos. A Argentina de Macri fez o mesmo em 2017, lançando títulos de dívida

Bernard Madoff, preso em 2008 por ter construído um esquema Ponzi durante a euforia da bolha imobiliária, teria deixado evidente a sua inspiração ao ser preso: “a dívida pública, no fundo, tornou-se um esquema de pirâmide”.

Crise do Estado não apenas é *resultado* da crise do trabalho e do capital, como *alimenta* a falência estrutural do capitalismo e amplifica a própria crise do dinheiro – o rompimento do padrão dólar-ouro em 1971, pelos Estados Unidos, foi a elevação do dinheiro ao limbo da sua própria arbitrariedade econômica, gesto necessário para cobrir a incapacidade estrutural de financiamento da maior potência do mundo. A crise do Estado é também a demonstração de que esta instituição, por mais “externa” que pareça ao mercado, é estruturalmente dependente das categorias básicas de socialização capitalista. Portanto, a crença estatista numa saída política para a crise está condenada a agravá-la.

Considerações finais

A crença numa dinâmica sempre igual em que ciclos de prosperidade são interrompidos por crises e tudo reinicia depois já não faz mais sentido. A impressão, de qualquer um que tenha uma reflexão um pouco mais cuidadosa sobre os rumos da economia mundial, é que vivemos uma era de crises sem fim, onde as bruscas precipitações econômicas de hoje são o ensaio de uma tempestade ainda maior à frente. Autores diversos, mesmo sem assumir limites de nossa época, compreendem uma mudança de era e compreendem as razões de uma perspectiva cada vez mais achatada para a história econômica. Para alguns, ingressamos numa era de baixo crescimento,⁴⁶ outros definem nossa época como de uma regressão econômica⁴⁷ e os mais pessimistas falam de um longo declínio.⁴⁸

Nossa interpretação vai além de uma abordagem econômica – a perspectiva que deve ser assumida não é a de uma mera “história econômica” que toma os fatos do mercado como se fossem parte integrante do cotidiano social. A história do mercado é uma história única e exclusivamente moderna – apenas em nossa sociedade esta forma assumiu o centro da vida social. É preciso ver como as categorias que criaram essa centralidade da vida baseada na mercadoria já não funcionam segundo o seu conceito, isto é, as categorias econômicas desfibraram e com isso criaram uma condição permanente de crise. A crise do trabalho, do valor, do dinheiro, do capital e do Estado, tomadas em conjunto, indicam que vivemos um

pública para resgate em 100 anos. Outros países estudam a mesma medida e aqui o palavreado sobre “desenvolvimento sustentável” se mostra sem significado algum, pois essas dívidas revelam de modo cristalino a indiferença com a “capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas necessidades”.

⁴⁶ “... devemos insistir agora que o que está em jogo no século XXI é um possível retorno ao regime de baixo crescimento”. PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 77.

⁴⁷ “Na década de 1970, muitos falaram em crise. Na de 1980, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na de 1990, já não temos certeza de que a crise dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo”. ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX... Op. cit.*, p. 1.

⁴⁸ “[...] há pouca evidência de que a economia mundial, ou a dos Estados Unidos, tenha conseguido superar o longo declínio, isto é, o extenso período de crescimento lento que começou por volta de 1973”. BRENNER, Robert. *O boom e a bolha... Op. cit.* p. 17.

colapso da sociedade de mercado. Essa conclusão só pode desencadear uma formulação radical: para não correr o risco de destruição social com esse processo de desmoronamento, é preciso romper definitivamente os vínculos com essas categorias. É preciso refundar a crítica radical do Estado e do mercado.

Maurílio Lima Botelho: É professor dos cursos de graduação e mestrado em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Campus Seropédica. Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ (CPDA-UFRRJ). Seus principais temas de pesquisa são: Relação campo-cidade; Urbanização; Teoria da crise; Crítica da economia política; Teoria do valor; Sociologia do Trabalho.